

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE MARÇO DE 2008**-----

-----Aos dezassete dias do mês de Março de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos que comentou a situação de veto do Tribunal de Contas, por falta de Visto prévio na escritura de constituição da empresa Águas do Ribatejo, e perguntou em que ponto ficou a situação;-----

-----Perguntou se os trabalhadores afectos aos serviços de águas já tomaram conhecimento da sua situação profissional quanto a eventual transferência ou destaque para a empresa Águas do Ribatejo;-----

-----Perguntou quanto paga a Câmara a mais à Ecolezíria pelo tratamento de resíduos domésticos sem separação e aludiu ao aumento do número de ecopontos e possibilidade de instalação de 'ilhas' enterradas.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não houve veto do Tribunal de Contas, a CULT fez uma consulta a alguns juristas que apontavam para a não obrigatoriedade de Visto prévio e consultou

o Tribunal de Contas, que disse que era necessário. O Conselho de Administração está a fazer diligências para iniciar funções, só após o Visto. Quanto aos trabalhadores, houve apenas um contacto do próprio Presidente, que será formalizado mais tarde, no sentido de submeter à consideração dos funcionários a opção pela Câmara ou pela empresa, sem perda do vínculo.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que não é possível quantificar a diferença de preços entre a recepção de lixos separados ou não, pela Ecoléziria. Acrescentou que esta empresa está a adquirir mais equipamento de transporte e mais ecopontos para melhorar a rede de recolha, todavia a sua implementação ainda não é generalizada porque cada ilha custa vinte e cinco mil euros e a máquina necessária ao seu levantamento custa cento e setenta e cinco mil euros.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha acrescentou que, no caso das ilhas, há que efectuar estudo prévio da sua viabilidade, atendendo ao elevado nível freático do Concelho.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que as situações mais caras já têm estudo, porém, o melhor sistema de recolha de resíduos é o de Oeiras, no sistema porta a porta. No caso de Almeirim, está a resultar bem a recolha de cartão, com o programa Comércio Verde.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que o sistema porta a porta funciona bem em vivendas, porque na maioria dos andares, não há espaço para guardar lixo nem os prédios o têm nas partes comuns.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário leu a sua intervenção, do seguinte teor:-----

-----"O Tribunal de Contas (TC) confirmou que a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) não cumpriu a legislação em vigor ao não sujeitar a visto prévio daquela entidade a documentação que suportou a constituição da empresa intermunicipal Águas do Ribatejo.-----

-----Ou seja, os moldes de constituição da empresa não foram fiscalizados previamente, considerando que contratos que

envolvam despesas para os municípios, como é o caso, devem ser submetidos a visto prévio.-----

-----Recordo que a CULT, através do seu presidente, sempre refutou a existência de qualquer ilegalidade no apressado processo de constituição da empresa Águas do Ribatejo.-----

-----A "celeridade" neste processo prende-se, ao invés de uma procura de soluções urgentes para os muitos problemas de cada Concelho, com questões de natureza pessoal e "rasteirice" política, como procurar impossibilitar o acesso aos fundos de coesão a Santarém e ao Cartaxo, numa estratégia provinciana de dirigir uma Associação de Municípios e de desrespeito para com muitos milhares de portugueses.-----

-----O presidente da CULT, numa prática habitual e sistemática, socorreu-se de vários pareceres jurídicos para alegar que tal passo não necessitava de visto prévio do Tribunal de Contas, preceito usual, também na gestão desta Autarquia mas, felizmente, ineficaz perante outras instâncias como se pode verificar.-----

-----A estratégia dos pareceres jurídicos solicitados aos advogados avençados desta Autarquia, bem pagos com os dinheiros de todos nós, que lhe permitiu não agendar, sistematicamente e até à prescrição, o processo disciplinar a uma funcionária desta casa (*5.000 Euros, Sr. Presidente? Estou siderado!*), que lhe permitiu que o Conselho de Administração da Aldesc votasse a sua extinção, entre muitos outros, tem que ter os dias contados a bem dos interesses da população do Concelho.-----

-----Da famigerada empresa, já com Conselho de Administração formado por três presidentes de Câmara com objectivos bem definidos e sem qualquer projecto de intenções conhecido que não seja o da tentativa, pelos vistos não muito conseguida do aproveitamento dos fundos de coesão, não tenho, sinceramente, qualquer expectativa positiva.-----

-----Neste contexto, com a ausência de projectos conhecidos para o nosso Concelho, no âmbito do QREN - rede estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento que abriu em 15 de Janeiro e

fecha no dia 30 de Abril, lamento e responsabilizo o sr. Presidente da Autarquia por todos os problemas de abastecimento de água e saneamento com que, inevitavelmente, nos iremos deparar.-----

-----A população do Concelho passa muito bem sem a incompetência, o desleixo e as "habilidades" do seu presidente, mesmo enquanto presidente da CULT, com medidas prejudiciais e perigosas que vão perdurar por muitos e maus anos.-----

-----Recordo, para que não restem dúvidas quanto à minha posição na Reunião de Câmara de 20 de Agosto de 2007, onde Votei Contra e fiz voto de vencido, a propósito da criação da empresa, porque o meu compromisso assenta no que importa defender, que são, em exclusivo, os interesses dos munícipes e do município de Almeirim, e não os interesses de ordem pessoal ou particular.---

-----O modelo proposto não garante qualquer garantia de qualidade técnica e de gestão.-----

-----Só a presença de um parceiro privado evitaria que tenhamos mais do mesmo.-----

-----Do ponto de vista financeiro o modelo proposto é penalizador para a autarquia de Almeirim. Também aqui considero imprescindível a presença de um parceiro privado.-----

-----Não estão salvaguardados os investimentos no nosso Concelho.-----

-----Qualquer modificação do tarifário terá que ter uma atenção especial para os mais idosos, famílias de menores recursos e consumidores dos mais baixos escalões de água. No projecto que aqui nos é apresentado nenhum destes pressupostos foi cumprido, pois os mais atingidos são precisamente os mais desfavorecidos, os reformados e os jovens."-----

-----O mesmo autarca leu dois requerimentos endereçados ao Sr. Presidente da Câmara, que entregou, do teor que segue:-----

-----Requerimento número dois de dois mil e oito:-----

-----"Francisco Manuel Maurício do Rosário, vereador em exercício de funções no executivo municipal, de acordo com o

estipulado na alínea s) do nº 1, do artº 68º da Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, que alterou a Lei 169/99 de 18 de Setembro, e as exigências de vinculação, no exercício das suas funções e competências, ao cumprimento previsto no artº 4º da Lei 29/87 de 30 de Junho, nomeadamente:-----

-----"a) Em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos:-----

-----i) Observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem;-----

-----ii) Cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências;-----

-----b) Em matéria de prossecução do interesse público:-----

-----i) Salvaguardar e defender os interesses públicos do Estado e da respectiva Autarquia;"-----

-----Assim solicito que me sejam entregues até 31 de Março de 2008 os documentos previstos no nº 1 do artº 23º dos Estatutos da ALDESC, em conjugação com o nº 2 do mesmo artigo:-----

-----1.0 relatório do Conselho de Administração e proposta de aplicação de resultados dando conta da forma como foram atingidos os objectivos da empresa e avaliando a eficiência desta nos vários domínios da actividade;-----

-----2.Balanço e demonstração dos resultados e anexos respectivamente;-----

-----3.Demonstração dos fluxos de caixa;-----

-----4.Relação das participações no capital de sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo;-----

-----5.Relatório sobre a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos;-----

-----6.Mapa de origem e aplicação de fundos de reservas;-----

-----7.Parecer do fiscal único contendo a apreciação da gestão, bem como do relatório do Conselho de Administração e a apreciação da exactidão das contas e da observância das leis e dos Estatutos.-----

-----De acordo com as normas legais solicito também a respectiva

certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas, apresentados pelo revisor oficial de contas que são obrigatórios em relação às contas do exercício de 2007 (n.º 2 do artigo 47.º, alínea e) do n.º 3 do artigo 48.º e artigo 65.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.)-----

-----Anotamos que por outro lado o n.º 5 do art.º 420º- A do CSC, estabelece a responsabilidade solidária do revisor/auditor com os membros do conselho de administração pelos prejuízos decorrentes para a sociedade caso não sejam cumpridos com os deveres de vigilância."-----

-----Requerimento número três de dois mil e oito:-----

-----"Francisco Manuel Maurício do Rosário, vereador em exercício de funções no executivo municipal, de acordo com o estipulado na alínea s) do nº 1, do artº 68º da Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, que alterou a Lei 169/99 de 18 de Setembro, e as exigências de vinculação, no exercício das suas funções e competências, ao cumprimento previsto no artº 4º da Lei 29/87 de 30 de Junho, nomeadamente:-----

-----"a) Em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos:
i) Observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem;-----

-----ii) Cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências;-----

-----b) Em matéria de prossecução do interesse público:
ii) Salvar e defender os interesses públicos do Estado e da respectiva autarquia;"-----

-----Assim de acordo com as competências do auditor externo (nº 3 do artº 48º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro), solicito as informações seguintes:-----

-----1. Se o auditor externo no âmbito das suas competências (alínea b) nº 3 do artº 48º da norma legal referida já elaborou algum documento reveladores de dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município; ou foram

detectadas algumas irregularidades.-----

-----2.Se o auditor externo já procedeu à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título; (alínea c) do nº3 do artº 48º)-----

-----3.Cópia da, informação técnica elaborada pelo auditor externo sobre a respectiva situação económica e financeira; quer da câmara municipal, quer da ALDESC, em - relativa ao 1º e 2º semestre de 2007 conforme alínea d) do nº 3 do artº 48º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro.-----

-----Não posso deixar de sublinhar que o previsto no n.º 3 do art.º 48.º da Lei 2/2007 que estabelece as competências do ROC/SROC que, de uma forma geral, as mesmas já se encontravam previstas no art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais.”--

-----O Sr. Vice-Presidente disse que fica bastante contente que a empresa Águas do Ribatejo não tenha um parceiro privado e espera não venham a concretizar-se certas condições que não gostaria de ver aplicadas a esta empresa, já que não vê nenhuma mais-valia em ter privados na gestão de áreas fundamentais dos serviços públicos.-----

-----À alusão aos seus colegas do Cartaxo e de Santarém, o Sr. Vice-Presidente respondeu que foi eleito para defender os interesses dos munícipes de Almeirim, não do Cartaxo ou de Santarém e a actuação política dos autarcas com responsabilidades e direcção nestas Câmaras, foi tudo menos séria.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse, em relação à informação dada pelo Sr. Presidente a respeito da actuação do Tribunal de Contas relativamente à Águas do Ribatejo, que esta não corresponde ao veiculado na comunicação social. No entanto, regista a informação aqui dada, isto é, que foi por autoria da Águas do Ribatejo que o Tribunal de Contas de pronunciou. Sobre esta matéria quer dizer que o que nasce torto nunca se endireita e que estas Águas do Ribatejo de tão estagnadas que andam há anos, já cheiram mesmo mal. No entanto, não será por certo a

solução privada invocada pelo Vereador Francisco Maurício que viria salvar a situação, como foi demonstrado na primeira parte deste processo. Para terminar, regista as palavras do Vereador Pedro Ribeiro com algum apreço e espera que não se venha a desdizer num próximo tempo.-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro declarou que a sua opinião pessoal neste sector, bem como noutros, é que os privados não trazem mais-valias. No entanto, por vezes as situações e a conjuntura obrigam-nos a ser pragmáticos e a tomar as decisões que são melhores, em benefício do nosso Concelho. Foi o que aconteceu na primeira fase deste processo, atendendo a que estava cortado às Câmaras o acesso a um conjunto de meios que permitiriam levar adiante investimentos necessários aos concelhos envolvidos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, "em relação ao requerimento do Vereador Francisco Maurício e sua solicitação no que concerne às Contas da ALDESC, não deixa de focar que este requerimento é pura demagogia e um Vereador que esteja devidamente empenhado no bom funcionamento da autarquia e em limar as arestas dos seus disfuncionamentos, tem muitos assuntos para se dedicar e aprofundar, sem necessidade de demagogia. Prevendo a lei que o prazo de entrega destas Contas é o final deste mês, julgo que só há que reclamar findo este prazo. Em último caso haveria que relembrar o prazo. Há responsáveis, a autarquia tem prazos determinados e nunca cumpre com eles, o que também foi, aliás, uma prática do próprio Vereador Francisco Maurício quando desempenhou funções executivas. No entanto, também não há que fazer como se tivesse a tomar uma grande iniciativa ao exigir que se cumpra aquilo que a lei prevê, com antecipação ao prazo legal."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário respondeu: "A seguir a esta intervenção de grande qualidade da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que não lhe passei qualquer procuração para falar em meu nome, refiro que não faço a gestão da minha participação neste órgão pautada por qualquer sugestão ou directiva da Sr.

Vereadora Manuela Cunha. Diria que, mais uma vez, perdeu uma excelente oportunidade de deixar os trabalhos fluírem normalmente.”-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos solicitou o agendamento da sua proposta sobre a Biblioteca em Fazendas de Almeirim e o Sr. Vereador Maurício do Rosário lembrou o seu pedido de agendamento para a próxima reunião pública do Regulamento das colectividades.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TOLERÂNCIA DE PONTO - Sob proposta do Sr. Presidente a Câmara deliberou conceder tolerância de ponto ao pessoal, na manhã de quinta-feira santa, dia vinte de Março, sem prejuízo da manutenção dos serviços essenciais, atendendo a que o Governo já concedeu a tarde do mesmo dia.-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar as despesas com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-----

-----Escola Básica P três - cento e trinta e quatro euros e vinte e dois cêntimos; Escolas P três e Cortiçóis - trezentos e vinte e nove euros e setenta e sete cêntimos; Escolas P três e Foros de Benfica - duzentos e dezoito euros e sessenta e um cêntimos; Jardim de Infância de Foros de Benfica - cinquenta euros e um cêntimo; Escola Secundária de Almeirim - setecentos e vinte e cinco euros e setenta e um cêntimos; Escola da Tapada - duzentos e vinte e nove euros e noventa e sete cêntimos; Escola Básica do segundo e terceiro ciclos de Fazendas de Almeirim - quarenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - quinhentos e setenta e oito euros e setenta e seis cêntimos; Hóquei Clube Os Tigres - seiscentos e trinta e um euros e noventa e quatro cêntimos; Associação Desportiva de Paço dos Negros - noventa e sete euros

e quarenta e um cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim - cento e vinte e três euros e oitenta cêntimos; União de Veteranos de Almeirim - noventa e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos; ALDESC - cento e sete euros e oitenta cêntimos; Escuteiros de Benfica - quinhentos e vinte e nove euros e catorze cêntimos; Liga Portuguesa Contra o Cancro - quinhentos e cinquenta e oito euros e sessenta e um cêntimos; Junta de Freguesia de Almeirim - duzentos e quarenta e quatro euros e onze cêntimos; Congregação das Testemunhas de Jeová - trezentos e vinte e seis euros e sete cêntimos; USAL - duzentos e vinte e seis euros e quarenta cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do município - dois mil novecentos e quarenta e quatro euros e vinte e um cêntimos.-----

-----TAXAS DE PUBLICIDADE - Foi presente a informação da Chefe de Secção de Taxas e Licenças comunicando que foram devolvidos alguns avisos para pagamento das licenças de publicidade e pedindo instruções se deve anular as taxas ou mantê-las a cobrança.-----

-----A Câmara deliberou ordenar à funcionária que faça as pesquisas que ao caso couber.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----À Confraria Gastronómica de Almeirim, para uma deslocação a Vila Nova de Poiares - trezentos euros; Rancho Folclórico de Fazendas de Almeirim, para a aquisição de galhardetes - quatrocentos e cinquenta euros; Centro Karaté Amicale Almeirim, para o campeonato anual - duzentos e cinquenta euros; Santeirim, Associação de Desporto Veterano, para o XVII Torneio Internacional de Futebol Veterano - mil e seiscentos euros; Ciclo Ases, Grupo de Cicloturismo de Fazendas de Almeirim, para a prova de vinte e cinco de Abril - seiscentos e cinquenta

euros; e Secção de Atletismo da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, para a compra de uma viatura - seis mil euros.-----

-----Mais deliberou ratificar a decisão de conceder a FootKart Escola de Futebol e Karting Associação, com destino à participação no Mundialito de Futebol, a transferência de mil e quinhentos euros.-----

-----Foi presente a carta do Grupo Desportivo Raposense solicitando duas balizas de futebol de sete e duas tabelas de basquetebol.-----

-----A Câmara deliberou doar as balizas, recomendando o rigoroso cumprimento das regras de segurança na sua utilização e lembrando que a responsabilidade pela utilização das balizas e pelo cumprimento das normas de segurança cabe exclusivamente ao Grupo Desportivo.-----

-----LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO - Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara deliberou ratificar a decisão que determinou a transferência de onze mil euros a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro, por ocasião da campanha de solidariedade desenvolvida no Concelho.-----

-----O Sr. Presidente deixou um louvor a todas as pessoas que voluntariamente participaram, ao longo dos últimos meses, nas mais variadas acções a favor da Liga e que culminaram com um dia de actividades completamente preenchido, no passado quinze de Março, em que a envolvência da população de Almeirim veio fazer jus ao esforço que os voluntários despenderam ao longo de vários meses. A população de Almeirim manifestou uma sensibilização que não pode deixar de enaltecer.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva subscreveu esta posição.-----

-----AUXÍLIOS ECONÓMICOS - REFEIÇÕES ESCOLARES - Foram presentes as informações do Gabinete de educação relativas a alunos carenciados recentemente transferidos para escolas básicas do Concelho e aos quais a autarquia concedeu deferimento nos termos

a seguir indicados:-----
-----Rui Daniel, Paulo Alexandre e João Carlos de Oliveira Sacramento, da Escola Básica de S. José, de Fazendas de Almeirim, auxílios económicos de escalão A para os três irmãos; e Ana Catarina Lopes Sequeira, da Escola Básica do Canto do Jardim, de Almeirim, auxílios económicos escalão A, refeições na escola e acompanhamento pelo Gabinete de Acção Social.-----

-----ANGARIAÇÃO DE FUNDOS - Foi presente a carta da APECDA - Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas, solicitando autorização para proceder a uma campanha de angariação de fundos no dia vinte e cinco de Maio, por ocasião da Exposição Canina, no Parque da Zona Norte.-----
-----O executivo deliberou pedir cópia da Acta da última eleição dos órgãos sociais.-----

-----TRÂNSITO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou delimitar uma zona de estacionamento autorizado, do lado direito da Rua dos Charcos, no sentido Rua dos Charcos, Rua Dr. João Moreno, em Almeirim.-----

-----PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE ALMEIRIM - Com a presença dos técnicos superiores António Forte e Cláudia Afonso, a Câmara procedeu à análise da Proposta de Alteração ao Regulamento mencionado, previamente distribuído e que resulta da entrada em vigor da Lai número sessenta de dois mil e sete, de quatro de Setembro.-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se as alterações à versão actual resultam apenas da lei. E acrescentou que o que recebeu não lhe permite analisar, porque deveria ter sido enviado o Regulamento em vigor e a própria Lei.-----
-----O Sr. Arq^o Forte esclareceu algumas alterações legais e exemplificou o balizamento de algumas intervenções, acrescentando que deixam de vigorar taxas por alguns

licenciamentos.-----

-----A Dr^a Cláudia Afonso acrescentou que as alterações de fundo que se verificam são apenas as que a Lei impõe.-----

-----O Sr. Presidente propos a aprovação do presente projecto, para efeitos de publicação no Diário da República em sede de audiência prévia, período durante o qual podem ser apresentadas propostas de alteração do normativo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que até concorda desde que lhe seja dado o documento de suporte.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos propos que, aquando da aprovação final, seja criado um guia do munícipe, para facilidade de transmissão da informação. E fez perguntas específicas que foram respondidas pelo Arq^o.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que não se opõe mas quando nos debruçarmos sobre as taxas pode acontecer que tenhamos que introduzir mais alterações.-----

-----O executivo deliberou aprovar o Projecto de Alteração do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Almeirim e submetê-lo a audiência prévia.-----

-----2 - PESSOAL

-----DISPENSA DE PESSOAL - A pedido da Velha Guarda do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim, a Câmara deliberou dispensar do serviço o funcionário João Vicente Trindade Sampaio, no dia vinte e quatro de Março em curso, com vista à sua participação nas Festas de Constância, em representação deste município.-----

-----4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS.

-----Na deliberação que segue não participou o Sr. Vereador Maurício do Rosário, por se ter ausentado da sala.-----

-----PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE MOTORISTA PARA CONDUÇÃO DOS

TRANSPORTES URBANOS DE ALMEIRIM - Foi presente o Relatório de Adjudicação da prestação de serviços em título, pelo prazo de um ano, renovável por mais dois anos, concurso público que teve um único concorrente, Rodoviária do Tejo, SA, empresa que apresentou o preço de seis mil e setecentos euros mensais, ou oitenta mil e quatrocentos euros anuais, a que acresce o IVA e a quem a Júri dos Concursos de Fornecimentos e Prestação de Serviços propõe a adjudicação.-----

-----Não tendo havido pedidos de esclarecimentos, passou-se à votação que determinou a adjudicação da prestação de serviços a Rodoviária do Tejo, SA, pelos valores indicados, por maioria, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou: "Voto contra por considerar que este valor é um grande negócio para a Rodoviária do Tejo e considero que, pelo mesmo valor, a autarquia empregava dois funcionários a tempo inteiro, para o mesmo fim, incluindo, para além dos salários, todos os encargos que a autarquia teria de suportar com os respectivos funcionários. Mais, este concurso também vem tarde e más horas visto que há oito meses que o segundo TUA foi posto ao serviço. O concurso devia ter sido prévio à entrada em serviço, que até foi longa."-----

-----O Sr. Vice-Presidente declarou: "Este foi um concurso público e acho realmente interessante que a Sr^a Vereadora Manuela Cunha faça este tipo de comentários a um concurso desta natureza. Gostaria de esclarecer que, segundo as leis do trabalho existentes na função pública e que, com toda a certeza a Sr^a Vereadora é acérrima defensora, eram necessários, no mínimo e sem salvaguardar as questões de férias, faltas e doenças, seis funcionários, ou seja, seis por cada autocarro, uma vez que estes autocarros funcionam cerca de treze horas por dia, funcionam alguns domingos e aos sábados. Como creio que uma das especialidades dos eleitos da CDU é a legislação laboral, proponho à Sr^a Vereadora que nos apresente uma proposta de funcionamento de um autocarro neste horário, com um funcionário.

Para já não falar dos serviços de manutenção dos autocarros e sua substituição. Com certeza que a Sr^a Vereadora se estaria a reportar à legislação laboral da República Popular da China, onde os trabalhadores ao trabalharem este número de horas diárias se considerariam de férias.”-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha respondeu: “Tal como o Vereador Pedro Ribeiro não foi eleito no Cartaxo ou Santarém para defender os interesses desses municípios, eu também não fui eleita na China, nem quero. Por outro lado, e falando agora a sério, relembro que o concurso público que foi aberto tinha um objecto e visava a resolução da condução com a colocação de um novo autocarro.”-----

-----Retomou o seu lugar o Sr. Vereador Maurício do Rosário.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento do despacho de deferimento proferido pelo Sr. Presidente no projecto de arquitectura respeitante ao processo de obras abaixo designado, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----António Felício Alves, número cento e dois de dois mil e sete.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Santécnica - Engenharia e Construções, Ld^a - trinta e três de dois mil e oito; e Rui Miguel Apolinário David Sampaio - trezentos e noventa e quatro de dois mil e sete.-----

-----LOTEAMENTO URBANO - Foi presente o processo de loteamento dos Herdeiros de Manuel Batista Ferreira Bento, que se destina a

lotear uma parcela com a área de dois mil e vinte e um metros quadrados que faz parte do seu prédio com a área total de quatro mil quinhentos e quarenta e quatro metros quadrados, sito na Rua de S. José, em Fazendas de Almeirim, para a formação de dois lotes com dez fogos. Este pedido, cuja aprovação revogará a deliberação de três de Março corrente, é justificado pela correcção da área remanescente em mais quatrocentos e seis metros quadrados.-----

-----A memória descritiva esclarece que esta operação urbanística só poderá ter eficácia após a alteração necessária à Carta Urbanística das Fazendas de Almeirim que constitui um elemento desenhado anexo do Plano Director Municipal eficaz.----

-----A Câmara deliberou aprovar o projecto de loteamento por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos, que fizeram voto de vencido.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha leu a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----

-----" A razão que é evocada na Ordem de Trabalho, apresentada pelo Senhor Presidente, para revogar a deliberação da anterior reunião e aprovar nova deliberação sobre este Projecto de Loteamento, a correcção da área do prédio a lotear, não muda em nada a posição anterior assumida pela CDU.-----

-----A CDU faz declaração de Voto de Vencido, porque as razões de fundo da nossa rejeição ao projecto apresentado mantêm-se e são até acrescidas de mais uma razão que evocarei no ponto seis desta declaração.-----

-----As razões do nosso voto contra são as seguintes:-----

-----Um - Este projecto do loteamento vem para aprovação a reunião de Câmara em Março de dois mil e oito, quando já está em grande parte construído, habitado, com lojas abertas ao público à perto de dois anos.-----

-----Dois - A parte que foi edificada, foi construída em terrenos que foram adquiridos pela Câmara com a condição de serem destinados a equipamentos públicos (assim ficando registado na Planta anexa ao PDM) tendo os seus anteriores

proprietários prescindido dos seus direitos de construção no local, direito este que a Câmara veio a conceder a outro em troca de uma permuta cuja necessidade ainda está por demonstrar.-----

-----Três - Nesta permuta a Câmara ficou a perder em termos de área.-----

-----Quatro - A primeira vez que esta questão veio a reunião de Câmara no mandato anterior, foi omissa um conjunto de informação, entre a qual, a que acabo de citar no ponto dois, tal como denunciei na época.-----

-----Cinco - A população das Fazendas, mostrou-se desagradada com a retirada do estacionamento do lado da escola, sendo agora os miúdos obrigados a atravessar a estrada, assim como todo este processo que consideraram pouco transparente.-----

-----Seis - A aprovação deste loteamento, que aliás já está edificado, consubstancia para a CDU, uma violação ao PDM, visto este espaço estar previsto para espaços verdes e equipamentos na Planta da Carta Urbanística de Fazendas de Almeirim que constitui um elemento desenhado anexo ao PDM, tal como é citado na página dois da Memória Descritiva e Justificativa que nos foi entregue, e tal alteração ao PDM não foi nunca aprovada.-----

-----Sete - O promotor não deixou espaço para a área de cedência para Espaços Verdes e Equipamentos (seiscentos e tal metros quadrados) decorrentes da área construída, e nunca foi aprovada, pela Câmara, a compensação."-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos declarou:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido porque as dúvidas por mim suscitadas não foram esclarecidas, designadamente no que se refere à alínea b) do ponto dois da Memória Descritiva. A meu ver, o referido pelo técnico na respectiva informação leva-me a crer que esta operação urbanística viola o PDM. Por outro lado, da análise das peças verifico que não ficaram contemplados espaços verdes pelo que, a manter-se esta linha de gestão territorial do nosso Concelho, o Centro da Vila de Fazendas ficará sem espaço para equipamentos colectivos e espaços

verdes.”-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse:-----

-----“Desta vez votei a favor da proposta porque me inteirei pessoalmente do que estava em jogo e dos procedimentos necessários e concordo com eles.”-----

-----O Sr. Presidente da Câmara justificou:-----

-----“Não tem razão de ser o argumento de que as Fazendas ficam sem espaços verdes e de equipamento porque a troca do terreno teve como objectivo dar coerência à proposta de um Centro Cívico que Fazendas não tem, podendo vir a ser construído um edifício público de equipamento, encimando uma Praça Pública, que, na solução anterior, não tinha viabilidade. Foi esta a razão desta operação no centro das Fazendas.”-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----CONTRATO COM A VODAFONE - O Sr. Vice-Presidente solicitou a retirada do presente ponto da Ordem de Trabalhos e o Sr. Vereador Francisco Maurício sugeriu que se mantenha na Ordem de Trabalhos, mesmo sem deliberação.-----

-----E disse que é da mesma opinião que o Dr. Pisco dos Santos, as contrapartidas são só para eles e os pagamentos são a um preço ridículo. Este tipo de contratos e obrigações, por algum relaxe da nossa parte, anteriormente deixaram-se passar situações ridículas e já quando era Vice-Presidente foi confrontado com a ocupação do depósito da água por uma equipa associada à Optimus, que ia fazer modificações nas antenas instaladas e bastidor. Pareceu-lhe que a equipa não poderia estar a aceder às instalações da rede do abastecimento público de água e constatou mais tarde que, de facto podiam, porque consta do contrato com esta autarquia. Constatou também que o contrato com a Optimus, celebrado em onze de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, para utilização do Depósito da Água, determina uma renda anual de quatrocentos e oitenta mil escudos, é válido por seis anos e foi renovado automaticamente

em dois mil e quatro e vigora até dois mil e dez nas mesmas condições. Prevê, bem como este, condições de intervenção física quase ilimitadas no Depósito da Água. Na sua opinião, um dos ícones da nossa terra, o sacrifício da sua beleza foi mal preservado e as contrapartidas são actualmente ridículas, duzentos euros por mês não dá para alugar um quarto com poucas condições na nossa cidade. Também em sua opinião, e se for legal, há que tomar medidas para rever este contrato com a Optimus, não só quanto às verbas envolvidas mas também quanto a intervenções autorizadas, praticamente ilimitadas. Recomenda, por isso, que o contrato com a Vodafone seja muito bem estudado.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que já abordou o assunto e estas empresas com uma posição dominante no ramo têm preços muito equiparados de tarifas e de aluguer de terrenos.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse concordar com o Sr. Vereador Francisco Maurício, o contrato está mal estruturado e revela um manifesto desequilíbrio que prejudica os interesses do nosso Município. A identificação das partes não é a mais correcta, deveria ser cabalmente identificado o tipo de equipamento. Em segundo lugar, discorda que possa efectuar a cedência do espaço sem que o Município de Almeirim intervenha e também discorda que a Vodafone possa retirar os equipamentos por mera decisão unilateral, ou que possa alterar o tipo de equipamento instalado sem comunicar ao Município.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que acha inadmissível que esta proposta seja presente a reunião tal como está e considera que falta um documento fundamental, que é a localização da antena. Concorda com o Sr. Vereador Pisco dos Santos porque, de facto o clausulado do contrato não pode continuar a ser igual ao de mil novecentos e noventa e oito, com as mesmas condições, porque a própria lei não foi por acaso que mudou. Entretanto, em noventa e oito, as competências da Câmara em matéria de licenciamento de antenas. Durante o Governo PDS, a matéria foi alterada, ficando definidas as competências das

autarquias para controlarem e decidirem a implantação de antenas no seu território. Para além disso, e tendo ao longo dos últimos mandatos colocado aqui as suas preocupações em questões de saúde pública que podem advir da instalação destas antenas, qualquer contrato terá sempre de resguardar a autarquia para o decidir.---

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que deveriam ser revistas as cláusulas de denúncia e resolução do contrato, dado que parece que só a Vodafone pode fazer cessar o contrato, e a Câmara não. Na cláusula quinta, discorda que a renovação do mesmo seja feita nos termos propostos pela Vodafone. E na cláusula oitava, devia existir uma garantia quanto ao limite de emissão de radiação e o foro escolhido devia ser o de Almeirim.-

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que foi ainda tratada por si a taxa de direitos de passagem no Concelho e pergunta quanto está o Município a receber e quer saber se o processo está terminado.-----

-----O Sr. Presidente disse: "Acabamos de estar mais de meia hora a escrever coisas na Acta que, quanto a mim, são inválidas, na medida em que foi solicitada a retirada deste assunto da Ordem de Trabalhos. Foi acedido, entretanto, que todos os Vereadores dessem contributos para a futura negociação. Em vez disso, escreveu-se mais um romance na Acta que, quanto a mim, em termos legais, não tem nenhum efeito prático."-----

-----PROTOCOLO - DOENTES DE ALZHEIMER - Foi submetido a apreciação o clausulado do Protocolo de Parceria entre o Município de Almeirim, o Centro de Saúde de Almeirim e a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer, a vigorar por tempo indeterminado e com o objectivo de dar respostas articuladas e em rede aos pacientes e seus cuidadores, residentes na área do município.-----

-----A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade.-----

-----PROTOCOLO COM O BES, FPF, MUNICIPIO E ASSOCIAÇÕES DE FUTEBOL - Foi submetido a apreciação o clausulado do Protocolo a

celebrar com o Banco Espírito Santo, SA, a Federação Portuguesa de Futebol, o Município de Almeirim e a Associação de Futebol respectiva, com destino à cooperação para instalação, gestão e utilização do Campo Multiusos, cuja propriedade será atribuída ao Município, assegurando o Banco todos os custos do equipamento do mesmo e a colocação de publicidade estática e com o prazo de vigência de cinco anos, renovável por igual período.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que aprova a celebração de Protocolo, só estranha que o BES tenha o exclusivo da publicidade estática do minicampo.-----

-----O Sr. Vice-presidente corrigiu que o Banco tem apenas metade da publicidade estática, pertencendo ao município a outra metade do espaço, conforme se retira das imagens anexas.-----

-----O executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o clausulado do Protocolo e do Anexo que dele faz parte integrante.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício declarou: "Obviamente, voto a favor de um equipamento desta importância para o concelho e gostaria, entretanto, que em vez de ficar situado junto ao Jardim de Infância número três, ficasse situado por traz dos Charquinhos, na nova urbanização, que carece muito de qualquer instalação desportiva. Gostaria também que a Câmara tivesse contratualmente uma percentagem na utilização publicitária."----

-----O Sr. Vice-Presidente disse: "De acordo com as informações que temos, em relação à localização dos dois sítios propostos, este foi o escolhido, uma vez que já apresenta uma maior consolidação urbana."-----

-----BIBLIOTECA MUNICIPAL - O executivo tomou conhecimento da carta do Dr. António Nunes do Carmo Cláudio que, focando o seu pedido de reembolso do IVA indeferido em reunião de dezanove de Março de dois mil e sete, regista que o horário de trabalho efectivamente prestado excedeu em mil e quatrocentas horas o horário contratado, o que se traduz em trabalho gratuito, a benefício da Câmara.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que, moralmente, o signatário poderá ter razão, mas não podem ser ultrapassadas as leis que regem a matéria.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que esse facto nunca esteve em questão, mas agora há factos novos relativos a horas de trabalho não pagas e que, portanto, estão em dívida. Considera que devia enviar o assunto aos Recursos Humanos e propõe que, se estes serviços indicarem que há pagamentos a fazer, a Câmara pague.-----

-----Esta proposta não foi objecto de deliberação.-----

-----Às dezassete horas e cinquenta e cinco minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição
